

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO RIO GRANDE DO SUL - CAU/RS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL - CAU/RS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS
Porto Alegre - RS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;




- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 29 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RS


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3 - S - RS

Balanco Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	21.817.973	17.415.508	PASSIVO CIRCULANTE	885.099	790.285
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5 18.805.896	16.311.771	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	13 254.721	191.046
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	6 2.814.453	989.251	PROVISÕES A CURTO PRAZO	14 500.630	482.675
CLIENTES	2.236.356	2.081.157	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15 129.749	116.564
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	3.858.299	2.928.695			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(3.280.202)	(4.020.602)			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7 48.584	87.263			
ESTOQUES	8 81.538	-			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	9 67.502	27.223			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	6.593.255	7.070.204	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	40.185	69.413
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10 286.757	345.237	PROVISÕES A LONGO PRAZO	16 40.185	69.413
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	286.757	345.237			
IMOBILIZADO	11 6.264.549	6.672.656			
BENS MOVEIS	2.418.713	2.290.590			
BENS IMÓVEIS	5.791.324	5.791.324			
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(1.945.488)	(1.409.258)			
INTANGÍVEL	41.948	52.310			
SOFTWARES	12 95.475	95.475			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(53.527)	(43.165)			
			TOTAL DO PASSIVO	925.284	859.699
			PATRIMONIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	27.485.944	23.626.013
			TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	27.485.944	23.626.013
TOTAL	28.411.228	24.485.712	TOTAL	28.411.228	24.485.712
ATIVO FINANCEIRO	18.805.896	16.311.771	PASSIVO FINANCEIRO	1.063.051	847.847
ATIVO PERMANENTE	9.605.332	8.173.941	PASSIVO PERMANENTE	40.185	69.413
SALDO PATRIMONIAL				27.307.992	23.568.452
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos	-	-	Saldo do Atos Potenciais Passivos	-	-
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Execução de Direitos Conveniados	-	-	Execução de Obrigações Conveniadas	-	-
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	1.808.827	-
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	1.808.827	-
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro					
			Exercício Atual	Exercício Anterior	
Superávit Financeiro			17.742.845	15.463.924	

Balço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	14.208.559	13.951.066	Despesa Orçamentária	11.981.733	14.776.232
RECEITA REALIZADA	14.208.559	13.951.066	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	177.952	57.561
RECEITA CORRENTE	14.208.559	13.951.066	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	201.490	190.108
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.029.138	4.619.691	CREDITO EMPENHADO - PAGO	11.602.291	14.528.563
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.029.138	4.619.691	DESPESA CORRENTE	11.458.228	13.375.409
ANUIDADES	5.029.138	4.619.691	PESSOAL	6.916.617	6.880.262
RECEITA DE SERVIÇOS	7.424.117	7.213.863	MATERIAL DE CONSUMO	86.347	105.522
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	24.753	30.102	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	577.079	797.447
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	7.398.444	7.113.853	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.692.897	2.563.388
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	919	69.909	ENCARGOS DIVERSOS	319.802	278.363
FINANCEIRAS	1.540.528	1.994.971	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	54.364	557
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	243.103	219.172	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.811.123	2.749.869
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.297.425	1.775.799	DESPESA DE CAPITAL	144.063	1.153.155
MULTAS SOBRE ANUIDADES	227.737	170.936	INVESTIMENTOS	144.063	1.153.155
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.069.688	1.604.862		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	214.776	122.541		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	17.770	10.219		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	197.006	112.322		-	-
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	-		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	10.591.355	8.371.152	Pagamentos Extraorçamentários	10.324.056	8.904.519
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	177.952	57.561	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	15.052	554.080
Inscrição de Restos a Pagar Processados	201.490	190.108	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	190.108	216.883
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.051.695	1.172.080	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.038.510	1.164.519
Outros Recebimentos Extraorçamentários	9.160.217	6.951.404	Outros Pagamentos Extraorçamentários	9.080.386	6.969.036
Saldo em espécie do Exercício Anterior	16.311.771	17.670.304	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	18.805.896	16.311.771
Caixa e Equivalente de Caixa	16.311.771	17.670.304	Caixa e Equivalente de Caixa	18.805.896	16.311.771
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-
Total:	41.111.685	39.992.522		41.111.685	39.992.522

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2018

Pedro Reusch Ianzer Jardim
 Analista de Nível Superior - Contador
 CRC RS 090228/O-4
 016.304.450-37

Tiago Holzmann da Silva
 Presidente
 CAU RS A21633-0
 600.929.550-53

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITA CORRENTE	14.477.296	15.536.238	14.477.296	15.536.238	14.208.559	(1.327.679)	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.903.164	5.192.342	4.903.164	5.192.342	5.029.138	(163.204)	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.903.164	5.192.342	4.903.164	5.192.342	5.029.138	(163.204)	
ANUIDADES	4.903.164	5.192.342	4.903.164	5.192.342	5.029.138	(163.204)	
RECEITA DE SERVIÇOS	7.669.155	7.772.267	7.669.155	7.772.267	7.424.117	(348.150)	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	-	-	-	-	24.753	24.753	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	7.669.155	7.772.267	7.669.155	7.772.267	7.398.444	(373.823)	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	-	-	-	919	919	
FINANCEIRAS	1.904.977	1.950.725	1.904.977	1.950.725	1.546.677	(404.048)	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	502.893	548.641	502.893	548.641	243.103	(305.538)	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.402.084	1.402.084	1.402.084	1.402.084	1.303.574	(98.511)	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	6.148	6.148	
MULTAS SOBRE ANUIDADES	-	-	-	-	227.737	227.737	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.402.084	1.402.084	1.402.084	1.402.084	1.069.688	(332.396)	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	620.904	-	620.904	208.628	(412.276)	
MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	11.622	11.622	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	620.904	-	620.904	197.006	(423.898)	
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	-	-	-	-	-	
RECEITA DE CAPITAL	2.280.915	5.576.300	2.280.915	5.576.300	-	(5.576.300)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.280.915	5.576.300	2.280.915	5.576.300	-	(5.576.300)	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	2.280.915	5.576.300	2.280.915	5.576.300	-	(5.576.300)	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	16.758.211	21.112.538	16.758.211	21.112.538	14.208.559	(6.903.979)	
DÉFICIT	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	16.758.211	21.112.538	16.758.211	21.112.538	14.208.559	(6.903.979)	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO	DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	14.441.920	15.286.238	11.751.199	11.659.718	11.458.228	3.535.039	
PESSOAL	7.608.899	7.769.744	6.732.056	6.732.056	6.594.036	1.037.688	
PESSOAL E ENCARGOS	7.608.899	7.769.744	6.732.056	6.732.056	6.594.036	1.037.688	
MATERIAL DE CONSUMO	292.111	436.600	94.266	89.564	86.347	342.334	
MATERIAL DE CONSUMO	292.111	436.600	94.266	89.564	86.347	342.334	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.060.685	1.223.518	899.660	899.660	899.660	323.858	
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	170.000	111.117	96.964	96.964	96.964	14.153	
DIÁRIAS	784.666	969.529	705.468	705.468	705.468	264.061	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.002.437	3.359.995	1.824.329	1.737.549	1.692.897	1.535.666	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	160.890	160.890	132.910	132.910	132.910	27.980	
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	439.897	448.190	379.818	300.087	288.777	68.372	
SERVIÇOS PRESTADOS	2.210.572	2.489.129	1.127.678	1.120.630	1.087.288	1.361.451	
PASSAGENS	191.078	261.786	183.922	183.922	183.922	77.863	
ENCARGOS DIVERSOS	484.792	516.168	319.802	319.802	319.802	196.367	
ENCARGOS DIVERSOS	484.792	516.168	319.802	319.802	319.802	196.367	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	54.364	54.364	54.364	54.364	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	-	54.364	54.364	54.364	54.364	-	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.992.996	1.925.849	1.826.723	1.826.723	1.811.123	99.126	
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	1.552.248	1.474.601	1.397.262	1.397.262	1.397.262	77.339	
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	440.748	451.248	429.461	429.461	413.861	21.787	
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	2.280.915	5.576.300	230.534	144.063	144.063	5.345.766	
INVESTIMENTOS	1.351.035	5.576.300	230.534	144.063	144.063	5.345.766	
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	1.047.115	1.112.800	-	-	-	1.112.800	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	303.920	463.500	230.534	144.063	144.063	232.966	
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	-	4.000.000	-	-	-	4.000.000	
INVERSÕES FINANCEIRAS	929.880	-	-	-	-	-	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	929.880	-	-	-	-	-	
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	35.376	250.000	-	-	-	250.000	
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	16.758.211	21.112.538	11.981.733	11.803.781	11.602.291	9.130.805	
SUPERÁVIT	-	-	2.226.826	-	-	(2.226.826)	
TOTAL	16.758.211	21.112.538	14.208.559	11.803.781	11.602.291	6.903.979	

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2018

Pedro Reusch Ianzer Jardim
 Analista de Nível Superior - Contador
 CRC RS 090228/O-4
 016.304.450-37

Tiago Holzmann da Silva
 Presidente
 CAU RS A21633-0
 600.929.550-53

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	16.161.583	15.924.180	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	12.297.997
CONTRIBUIÇÕES	6.059.116	6.002.218	PESSOAL E ENCARGOS	6.784.233
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.059.116	6.002.218	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	5.967.092
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.059.116	6.002.218	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	5.967.092
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	7.424.117	7.213.863	BENEFÍCIOS A PESSOAL	817.141
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.424.117	7.213.863	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	817.141
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.424.117	7.213.863	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.608.877
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.546.677	1.997.786	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	100.095
JUROS E ENCARGOS DE MORA	249.252	221.987	CONSUMO DE MATERIAL	100.095
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	249.252	221.987	SERVIÇOS	2.953.017
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.297.425	1.775.799	DIARIAS	705.185
MULTAS SOBRE ANUIDADES	1.297.425	1.775.799	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	378.398
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.131.674	710.313	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.869.434
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	-	-	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	555.764
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	-	DEPRECIACAO	545.403
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.131.674	710.313	AMORTIZACAO	10.362
MULTAS ADMINISTRATIVAS	11.622	7.404	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.826.723
INDENIZAÇÕES	197.006	112.322	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.826.723
REVERSÃO DE PROVISÕES	832.720	590.587	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.826.723
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	90.326	-	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	11.320
	-	-	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	-
	-	-	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISAO PARA PERDAS	-
	-	-	DE CREDITOS	-
	-	-	PERDAS INVOLUNTARIAS	11.320
	-	-	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	11.320
	-	-	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	66.844
	-	-	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	66.844
	-	-	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	66.844
	-	-		
Total das Variações Ativas :	16.161.583	15.924.180	Total das Variações Passivas :	12.297.997
		RESULTADO PATRIMONIAL		16.164.226
Déficit do Exercício		240.046	Superávit do Exercício	3.863.586
Total	16.161.583	16.164.226	Total	16.161.583

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2018

Pedro Reusch Ianzer Jardim
 Analista de Nível Superior - Contador
 CRC RS 090228/O-4
 016.304.450-37

Tiago Holzmann da Silva
 Presidente
 CAU RS A21633-0
 600.929.550-53

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
RECEITA CORRENTE	14.208.559	13.951.066
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.029.138	4.619.691
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.029.138	4.619.691
ANUIDADES	5.029.138	4.619.691
RECEITA DE SERVIÇOS	7.424.117	7.213.863
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	24.753	30.102
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	7.398.444	7.113.853
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	919	69.909
FINANCEIRAS	1.540.528	1.994.971
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	243.103	219.172
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.297.425	1.775.799
MULTAS SOBRE ANUIDADES	227.737	170.936
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.069.688	1.604.862
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	214.776	122.541
MULTAS DE INFRAÇÕES	17.770	10.219
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	197.006	112.322
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	-
OUTROS INGRESSOS	10.211.913	8.123.483
DESEMBOLSOS	-	-
DESPEZA CORRENTE	11.458.228	13.375.409
PESSOAL	6.916.617	6.880.262
MATERIAL DE CONSUMO	86.347	105.522
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	577.079	797.447
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.692.897	2.563.388
ENCARGOS DIVERSOS	319.802	278.363
DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	54.364	557
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.811.123	2.749.869
OUTROS DESEMBOLSOS	10.324.056	8.904.519
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.638.188	-205.378
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
INVESTIMENTOS	144.063	1.153.155
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(144.063)	(1.153.155)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.494.125	(1.358.533)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	16.311.771	17.670.304
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	18.805.896,14	16.311.771,01

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2018

 Pedro Reusch Ianzer Jardim
 Analista de Nível Superior - Contador
 CRC RS 090228/O-4
 016.304.450-37

 Tiago Holzmann da Silva
 Presidente
 CAU RS A21633-0
 600.929.550-53

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/RS é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/RS.

O Conselho está localizado na rua Dona Laura 320, 14º andar, Porto Alegre/RS.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8).

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - No exercício de 2017 foi utilizada a média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017. No ano de 2018, o critério adotado foi o de média simples dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas dos anos de 2015, 2016 e 2017. Foi calculado um percentual para Perdas de Devedores Duvidosos de pessoas físicas e um para pessoas jurídicas sendo aplicados sobre os respectivos saldos a receber em 31/12/2018 das anuidades dos anos de 2012 a 2017.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política e a alteração do critério no ano de 2018, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/RS, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/RS segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Sistemas de processamento de dados	5	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/RS adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

ii) com relação as contas a receber os valores são de anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	-	-
Banco conta movimento	64.942	1.017
Aplicações financeiras	18.740.954	16.310.754
Total	18.805.896	16.311.771

O expressivo aumento de valores em conta corrente deve-se a arrecadação do dia 31/12/2018, segunda-feira, dia no qual o CAU/RS não teve expediente não sendo possível realizar a aplicação financeira desses valores.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

6. Créditos a Receber

Contas a Receber de Anuidades	2018	2017
Pessoa Física - 2012	33.350	51.535
Pessoa Física - 2013	68.879	102.095
Pessoa Física - 2014	134.698	190.003
Pessoa Física - 2015	258.284	340.994
Pessoa Física - 2016	505.880	653.891
Pessoa Física - 2017	935.026	1.333.950
Pessoa Física - 2018	1.474.432	-
Pessoa Jurídica - 2012	130.948	174.232
Pessoa Jurídica - 2013	168.469	215.847
Pessoa Jurídica - 2014	236.168	290.955
Pessoa Jurídica - 2015	316.451	379.776
Pessoa Jurídica - 2016	452.260	529.367
Pessoa Jurídica - 2017	617.886	747.207
Pessoa Jurídica - 2018	761.925	-
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PF	(1.669.075)	(2.265.694)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PJ	(1.611.127)	(1.754.908)
Total	2.814.453	989.251

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2018	2017
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	2.236.356	2.081.157
Mais de 360 dias	3.858.299	2.928.696
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(3.280.202)	(4.020.602)
Total	2.814.453	989.251

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

7.1. Impostos

Descrição	Consolidado	
	2018	2017
ICMS a recuperar	-	-
PIS e COFINS a recuperar	-	-
IPI a recuperar	-	-
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-
Outros impostos a recuperar	1.091	3.590
Total	1.091	3.590

7.2 Demais Créditos a Curto Prazo

Descrição	Consolidado	
	2018	2017
Vale Transporte a apropriar	5.535	7.032
Vale Alimentação a apropriar	1.123	39.351
Adiantamento de Salários	36.038	14.739
Outros Créditos de curto prazo	4.505	22.551
Total	47.201	83.673

8. Estoques

Descrição	2018	2017
	Materiais Elétricos e de Telefonia	4.439
Materiais de Limpeza e de Higiene	7.727	-
Materiais para Manutenção de Bens Móveis	38	-
Material de Escritório	59.663	-
Material para Manutenção de Bens Imóveis	266	-
Materiais de Copa e Cozinha	2.732	-
Materiais de Informática	56	-
Gêneros Alimentícios	6.617	-
Total	81.538	-

Em 2017, os valores dos estoques estavam zerados, pois o módulo de controle de almoxarifado foi implantado no CAU/RS no ano de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

9. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Descrição	Consolidado	
	2018	2017
Prêmios de Seguros a Apropriar	23.488	13.217
Assinaturas a Apropriar	986	1.078
Licença de Software a Apropriar	43.029	12.928
Total	67.502	27.223

10. Créditos a Longo Prazo

Descrição	2018	2017
Decorrente de anuidades PF	286.757	345.237
Total	286.757	345.237

11. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Descrição	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Salas	4.911.231	-	-	(204.748)	4.706.483
Instalações	20.700	-	-	(3.015)	17.685
Veículos	854.051	-	-	(185.633)	668.417
Móveis e utensílios	271.164	-	-	(37.249)	233.915
Máquinas e Equipamentos	152.969	51.098	(15.940)	(9.517)	178.611
Equipamentos de Processamento de Dados	379.860	97.518	(4.553)	(96.069)	376.756
Obras em andamento	82.682	-	-	-	82.682
Total	6.672.656	148.616	(20.493)	(536.230)	6.264.549

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Salas	5.687.440	(980.957)	4.706.483	4.911.231
Instalações	21.202	(3.517)	17.685	20.700
Veículos	1.031.299	(362.881)	668.417	854.051
Móveis e utensílios	413.772	(179.857)	233.915	271.164
Máquinas e Equipamentos	241.574	(62.963)	178.611	152.969
Equipamentos de Processamento de Dados	732.069	(355.313)	376.756	379.860
Obras em andamento	82.682	-	82.682	82.682
Total	8.210.037	(1.945.488)	6.264.549	6.672.656

A baixa de equipamentos de processamento de dados refere-se a um notebook que apresentou defeito e foi substituído em garantia, sendo feita a baixa do equipamento defeituoso e adição do equipamento novo recebido em garantia. As baixas de máquinas e equipamentos referem-se a bens inservíveis doados às entidades conforme o processo administrativo nº 293/2017.

12. Intangível

Descrição	2018	2017
Sistema de Processamento de Dados	95.475	95.475
(-) Amortização Acumulada	(53.527)	(43.165)
Total	41.948	52.310

13. Fornecedores a pagar

Descrição	2018	2017
Prestação de serviço	46.851	108.262
Fornecedor de materiais	1.019	1.384
Encargos Patronais e Folha de Pagamento	138.020	80.461
Outros fornecedores	68.831	939
Total	254.721	191.046

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Descrição	2018	2017
A vencer	254.721	191.046
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	254.721	191.046

14. Provisões de Curto Prazo

As provisões de curto prazo referem-se as provisões para férias, 13º salário e seus respectivos encargos, sendo contabilizadas conforme relatório fornecido pela empresa terceirizada responsável pela folha de pagamento do CAU/RS.

Descrição	2018	2017
Férias	383.624	368.455
INSS s/ Provisão de Férias	82.479	81.060
FGTS s/ Provisão de Férias	30.690	26.476
PIS s/ Provisão de Férias	3.836	3.685
Total	500.630	47.676

15. Demais Obrigações a Curto Prazo

A entidade possuía, em 31/12/2018, saldos de valores restituíveis conforme segue:

Descrição	2018	2017
INSS retido na folha de pagamento	30.795	29.308
IRRF da folha de pagamento	83.227	83.835
ISS retido de prestadores de serviço	4.734	-
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS retidos de prestadores de serviço	10.661	-
Outros Valores Restituíveis	334	3.421
Total	129.749	116.563

15. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim representadas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Natureza	Descrição	2018	2017
Trabalhista	José Milton This	10.000	10.000
Cível	Mastersil Neg. Imobiliários	-	-
Cível	Vivendas Urbanismo LTDA	3.000	3.000
Cível	Pompeo Madeira Stands Promocionais LTDA	3.200	10.000
Cível	Antônio Frediani da Fonseca	-	-
Cível	Claúdio Rogério Tician - ME	-	413
Trabalhista	Fabiana Beal Pacheco	-	20.000
Trabalhista	Fabiana Beal Pacheco	-	20.000
Cível	Vanderlei Sanches/José Antônio Oliveira	6.000	6.000
Trabalhista	Luana Borges da Silveira	15.000	-
Cível	Silvia Maria Viapiana Modanese	885	-
Trabalhista	Secretaria de Inspeção do Trabalho/RS	2.100	-
Total		40.185	69.413

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

Natureza	2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2018
Trabalhistas	50.000	17.100	(40.000)	-	-	27.100
Cíveis	19.413	885	(413)	-	(6.800)	13.085
Total	69.413	17.985	(40.413)	-	(6.800)	40.185

Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2018 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R\$2.691 decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

montante nas demonstrações contábeis.

16. Patrimônio Líquido

Descrição	2018	2017
Superávit ou Déficit do Exercício	3.863.586	(240.046)
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	25.092.403	25.332.449
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.470.045)	(1.466.390)
Patrimônio Líquido	27.485.944	23.626.013

No ano de 2017 foi implementado o cálculo Provisão de Devedores Duvidosos pela primeira vez, sendo o valor da provisão referente a anuidades de exercícios anteriores registrado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

17. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/RS, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

18. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2018	2017
Depreciação e amortização	555.764	459.075
Despesas com pessoal	6.784.233	6.618.402
Despesas com contratação de terceiros	2.964.119	4.698.332
Impostos, taxas e contribuições	6.045	6.349
Outras receitas e despesas	1.987.835	4.382.068
Total	12.297.997	16.164.226

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

19. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	16.161.583	15.924.180
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(12.297.997)	(16.164.226)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>3.863.586</u>	<u>(240.046)</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	14.208.559	13.951.066
(-) Despesas Empenhadas	(11.981.733)	(14.776.232)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>2.226.826</u>	<u>(825.166)</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Disponível Apurado	18.805.896	17.670.304
(-) Passivo Financeiro	(1.063.051)	(1.541.360)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>17.742.845</u>	<u>16.128.944</u>

20. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	3.623.600
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	-
Total		<u><u>3.623.600</u></u>

A importância segurada dos seguros dos onze veículos de propriedade do CAU/RS é de 100% do valor de mercado referenciado.

21. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.